

- Área Regional de Campinas
 Nome, Local, Horário da Posse
 Sarah de Souza Oliveira, Promotoria de Justiça de Jaguariúna, 13h

- Diretoria de Pessoal e de Serviços das Promotorias de Justiça do Fórum Central Criminal
 Nome, Local, Horário da Posse
 Maria Clara Rodrigues Jorge, 2ª Promotoria de Justiça Criminal da Capital, 9h.

Aviso nº 691/2025 - PGJ-CGP, de 16/09/2025

O Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 32, da Resolução 1.560/22-PGJ, designa o candidato aprovado no processo seletivo para estágio de pós-graduação na área de Gestão Financeira, o qual fica convocado para assinatura do termo de posse e início de exercício a partir de 22/9/2025, pelo prazo de 30 dias, devendo comparecer ao local de estágio para o qual tenha sido designado.

- Centro de Apoio à Execução – CAEx
 Nome, Local, Horário da Posse
 Matheus Reis Lopes, Diretoria do Centro de Apoio à Execução (CAEx) – Núcleo de Fundações, 9h.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Ata da Reunião Ordinária do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça de 03.09.2025

Aos 03 (três) dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e cinco, às 14 (quatorze) horas, foi realizada Sessão Ordinária Híbrida do Egrégio Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Pùblico do Estado de São Paulo, sob a presidência do Procurador-Geral de Justiça, Doutor Paulo Sérgio de Oliveira e Costa. Presentes os integrantes convocados para a reunião ordinária do Colegiado consoante aviso publicado no Diário Oficial do Estado. Justificada a ausência da Doutora Eliana Silvia de Melo e Souza Malta Moreira Scucuglia. Havendo número legal de 39 (trinta e nove) Procuradores de Justiça, conforme lista em apartado, incluída nos arquivos próprios, o Presidente declarou instalada a reunião, fazendo parte da mesa a Doutora Liliana Mercadante Mortari, Corregedora-Geral do Ministério Pùblico e o Doutor José Correia de Arruda Neto, Secretário do Colegiado. Na sequência o senhor Procurador-Geral de Justiça submeteu à apreciação dos presentes a Ata da reunião de 27 (vinte e sete) de agosto de 2025, aprovada por unanimidade. **Comunicações da Presidência:** Propostos votos de pesar pelo falecimento da senhora Helena Scarpel Del Mastro, mãe da Doutora Arlete Del Mastro, Promotora de Justiça e sogra do Doutor João Antonio Bastos Garreta Prats, pelo falecimento do senhor Gamaliel Victor de Andrade, irmão da Doutora Débora Victor Andrade, Promotora de Justiça Substituta, pelo falecimento da senhora Maria Flávia de Andrade Guariglia, cunhada do Doutor José Correia de Arruda Neto, Procurador de Justiça. Propostos **votos de louvor** pela promoção ao cargo de Procurador de Justiça, aos Doutores: Pedro Baracat Guimarães Pereira; Marcos Stefani; Telma de Souza Martins Gori Montes; Cesar Ricardo Martins; Maria de Fátima Rodrigues Pereira Leonel; Luiza Amelia Queiroz dos Santos de Gennaro; Cláudia Cecilia Fedeli; Rodney Claude Bolsoni Elias da Silva; Marcelo Orlando Mendes; Paula Elinore Prucks; Valdir Vieira Rezende; Maria Stella Camargo Milani; Marcelo Luiz Barone; Paulo D'Amico Junior; Eder Segura; Maria Alzira de Almeida Alvarenga; Valéria Maria Cilento; Deborah Kelly Affonso, todos aprovados por unanimidade. Informado que no dia 24 de setembro se realizará a Cerimônia de Posse dos novos Procuradores de Justiça. Na sequência houve manifestação de solidariedade institucional em razão de notícias acerca do atentado frustrado contra o Promotor de Campinas, Doutor Amauri Silveira Filho, atribuído ao crime organizado. Enalteceu a atuação da inteligência da Polícia Militar e do Ministério Pùblico, a união do MP brasileiro em solidariedade e ainda, a importância de manter a firmeza institucional diante de ameaças. Elogiado o trabalho dos grupos especializados em investigações – GAEKO e GEDEC, especialmente contra fraudes fiscais e lavagem de dinheiro envolvendo grandes empresas e setores como combustíveis, fintechs e transporte. O Procurador-Geral se manifestou sobre a comemoração dos 85 anos do Conselho Superior do Ministério Pùblico, destacou a beleza e importância da solenidade comemorativa, que contou com a presença de diversos ex-conselheiros e colegas que marcaram a história da Instituição. Descreveu o evento como uma cerimônia singela, alegre e emocionante, que proporcionou o reencontro com pessoas queridas e reforçou o sentimento de pertencimento ao Ministério Pùblico. O Procurador-Geral de Justiça ressaltou que esses colegas jamais deixaram de integrar o Ministério Pùblico e que a celebração foi uma oportunidade de reconhecimento e valorização da trajetória institucional. A fala teve tom afetivo e institucional, reafirmando o compromisso com a memória e a história do Ministério Pùblico. Assim manifestou-se “Neste momento histórico, em que o país assiste ao julgamento de altas autoridades por atentarem contra o regime democrático, é imperativo reafirmarmos a confiança e o respeito ao Poder Judiciário como pilar essencial do Estado Democrático de direito. O Supremo Tribunal Federal, ao conduzir o julgamento da Ação Penal nº 2668, tem demonstrado compromisso com a Constituição, com o devido processo legal e com a ampla defesa. Como bem destacou o ministro Alexandre de Moraes, “a impunidade corrói a democracia”, e é justamente para evitar esse risco que o Judiciário atua com firmeza e responsabilidade. Não é papel do Judiciário ceder a pressões externas ou internas, tampouco se curvar diante de narrativa que buscam deslegitimar sua atuação. Atacar o Poder Judiciário é atacar a própria democracia. A independência judicial é uma conquista civilizatória, e sua defesa é dever de todos os cidadãos e instituições comprometidos com o futuro do Brasil. Que esse julgamento sirva não apenas para responsabilizar os culpados, mas também para fortalecer a confiança da sociedade nas instituições democráticas. Que possamos seguir vigilantes, firme e unidos na defesa da legalidade, da justiça e da liberdade”. **Comunicações da Douta Corregedoria-Geral do Ministério Pùblico:** A Doutora Liliana Mercadante Mortari apresentou um relato detalhado sobre a correição realizada entre os dias 18 e 29 de agosto, destacando que o trabalho transcorreu com tranquilidade e eficiência. Agradeceu à Comissão Especial de Acompanhamento, formada pelos Doutores Pedro Franco de Campos, Luiz Antônio Guimarães Marrey e Maria do Carmo Ponchon da Silva Purcini. Agradeceu ainda o empenho dos Procuradores-Corregedores Doutores Rodrigo César Rebello Pinho, Carlos Fernandes Sandrin, Maria Aparecida Berti Cunha, Selma Negrão Pereira dos Reis, Maria Cristina Barreira de Oliveira, José Luis Alicke, Álvaro Busana, David Cury Júnior, Mário Antonio de Campos Tebet, Tereza Cristina Maldonado Katurchi Exner, Cecília Matos Sustovich, Gilberto Nonaka, Wania Roberta Gnipper Cirillo Reis e, ao Promotor de Justiça Assessor – Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral, Doutor Sérgio de Passos Simas, que colaboraram com a Corregedoria na efetivação da correição em 99 cargos, além de 32 inspeções virtuais. Agradeceu os servidores Isabel Itsuzaki, Márcio Evandro Angeli Yokoyama, Maria Aparecida Lonaro e Rodrigo de Mattos Marques Silva e, por fim, destacou o trabalho técnico e preparatório realizado por servidores da área de tecnologia, que desenvolveram e mantiveram o aplicativo utilizado na correição. Por fim informou que a Corregedoria está na fase final de elaboração dos relatórios para envio aos correicionados. **Comunicação do Secretário:** lembrou que no dia 04.09.25 haverá o descerramento do retrato do Doutor Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, como Diretor da Escola Superior do Ministério Pùblico, evento para o qual todos foram convidados. Próximas reuniões, dias 17 e 24. **Comunicações do Decano:** Noticiou que segundo informações das procuradorias tudo está dentro da normalidade. No entanto, alertou para a necessidade de complacência neste mês, devido às inconsistências no sistema do Tribunal de Justiça, que dificultaram a checagem dos processos já devolvidos ao TJ-SP. Reconheceu que, por conta dessas instabilidades, as informações recebidas podem não refletir a realidade com precisão, mas não houve nada alarmante e finalizou agradecendo o empenho dos secretários e desejando boa reunião a todos. **Comunicação dos membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça:** Pediram a palavra para debater dificuldades no uso do SAJ-MP os Doutores: Patrícia Moraes Aude relatando que a Procuradoria da Infância está utilizando o SAJ, mas o sistema está disponibilizando prazos incorretamente, direcionando-os à Procuradoria de Difusos, o que está gerando confusão; disse que a situação está bem difícil; Liliane Silva de Oliveira que informou que a Procuradoria Cível, pioneira no uso do novo sistema SAJ-MP, enfrenta dificuldades para acessar processos e que o sistema não representa uma evolução; Virgílio Antonio Ferraz



do Amaral anunciou que a Procuradoria Criminal oficiou ao Procurador-Geral de Justiça informando os problemas do sistema, criticou a falta de comunicação sobre atualizações do mesmo e pediu atenção especial à questão; Luiz Antonio Guimarães Marrey afirmou que a situação é insustentável e que pode comprometer sessões de julgamento por falta de acesso aos processos; Pedro de Jesus Juliotti sugeriu maiores atenções na distribuição de processos, enquanto o sistema estiver instável; Marcelo Dawalibi endossou a manifestação dos colegas no sentido de que o SAJ não funciona e que nesta situação a remessa dos processos deveria ser, em tese, suspensa. Também referiu-se a julgamento do STJ alusivo à recognação de pessoas, o que leva a gestões na área policial, para a melhora desse procedimento, que é básico no processo penal; Eduardo Ferreira Valélio propôs a criação de um protocolo institucional para lidar com crises técnicas, evitando improvisações e sobrecarga e o Doutor Marcos Hideki Ihara, que alertou que suspender o envio de processos pode gerar acúmulo e sobrecarga futura, e que a solução proposta não seria viável. O Procurador-Geral de Justiça reconheceu as dificuldades enfrentadas pelos membros com o sistema SAJ, causadas por atualizações do TJ-SP; informou que está em contato direto com o tribunal para buscar soluções. O Doutor Luiz Antonio Guimarães Marrey propôs formalmente voto de solidariedade ao Doutor Amauri Silveira Filho, destacando a gravidade do atentado e a necessidade de apoio institucional; enalteceu o trabalho do GAECO e GEDEC. A manifestação foi apoiada por diversos membros, que ressaltaram a importância da união institucional diante de ameaças à integridade dos agentes públicos. O Procurador-Geral de Justiça apoiou imediatamente a proposta que, colocada em apreciação, registrou aprovação unânime. O Procurador de Justiça Eduardo Ferreira Valerio: 1) expressou solidariedade ao Promotor de Justiça Amauri Silveira Filho em razão do recente episódio em que os serviços de inteligência do Ministério Pùblico e da Polícia Militar apuraram e debelaram um plano do crime organizado para promover um ataque contra a sua vida, em gravíssima ocorrência que demonstra a ousadia dessas organizações criminosas, sugerindo a adoção rigorosa de protocolos de segurança a Membros da Instituição que atuem no enfrentamento desse grave problema de criminalidade. 2) expressou seu apoio à operação conjunta de organismos do Governo Federal com o Ministério Pùblico paulista e polícias paulistas no enfrentamento da criminalidade organizada, destacando o envolvimento de agentes do mercado financeiro com o tráfico de drogas e com a organização criminosa hegemônica no Estado; lembrou estudo do Banco Mundial elaborado há alguns anos, por ocasião da crise das hipotecas nos EUA, que apontou ter o mercado financeiro mundial sobrevivido àquela crise do capitalismo graças ao dinheiro do tráfico de entorpecentes que era lavado em suas agências e organismos, conclusão que apontava para a necessidade de direcionar o enfrentamento do tráfico de drogas aos organismos responsáveis pela lavagem de seus capitais, como bem se realiza na presente operação. 3) expressou indignação com uma declaração pública do Senhor Governador do Estado em entrevista concedida a um jornal regional paulista em que o Chefe do Executivo teria manifestado desconfiança com o sistema de Justiça, o que inclui o Ministério Pùblico. Classificou a fala como antidemocrática e antirrepublicana, constituindo-se num grave ataque à legitimidade de um dos Poderes do Estado; uma postura preocupante, especialmente diante do contexto nacional de defesa da democracia, ora sob ataque inclusive de uma potência estrangeira. O Doutor José Roberto Rochel de Oliveira se pronunciou: "Gostaria de registrar perante este Colendo Órgão Especial a recente publicação de três resoluções da Procuradoria-Geral de Justiça, em razão da relevância e atualidade dos assuntos tratados. São elas: Res. 2.020/25 que disciplina a comunicação aos membros do MP de decisões judiciais nas ações e incidentes de controle de constitucionalidade de lei e nos recursos e incidentes em trâmite nos Tribunais Superiores, isso nas áreas criminal, cível e de tutela coletiva e nas ações rescisórias promovidas em face do Ministério Pùblico; Res. 2.108/25 que permite a dispensa do serviço no dia da realização de exame preventivo de mamografia; Res. 2.110/25 que disciplina o canal eletrônico para recebimento de representações, notícias de fato e expedientes similares de usuários externos, vinculando o uso da plataforma gov.br junto ao portal de atendimento ao cidadão do nosso site; Essas normas vêm ao encontro de um atendimento mais eficiente para o cidadão que procura o Ministério Pùblico, ao tempo em que permite que os trabalhos dos órgãos de execução sejam mais bem executados, sem esquecer do atendimento às necessidades individuais dos integrantes da Instituição". O Doutor Paulo Sérgio de Oliveira e Costa apresentou um quadro detalhado dos passivos do MP-SP, que somam cerca de R\$ 7,84 bilhões e explicou da impossibilidade de apresentar um plano formal de pagamento sem respaldo orçamentário. Esclareceu que existem ações em curso para buscar fontes alternativas de receita já mencionadas em reunião anterior, para desonerar o orçamento e lembrou do pacto com reajustes diferenciados para aposentados. O Doutor Paulo Afonso Garrido de Paula cobrou a apresentação de um plano de pagamento, conforme compromisso assumido em reuniões anteriores. Ainda mencionou a data de 11 de setembro, quando comemoraram 45 anos de Ministério Pùblico, ele e outros colegas, dentre os quais os Doutores Rodrigo Cesar Rebello Pinho, Luiz Antonio Guimarães Marrey, Plínio A. B. Gentil, Perseu Gentil Negrão, Valderez Deusdedit Abbud e Fernando Augusto de Mello. Houve breve homenagem a todos. **Ordem do dia: pela Comissão de Regimentos e Normas** foi apresentado o **SEI nº 29.0001.0098652.2024-06** - Interessada: Procuradoria Geral de Justiça - Assunto: Regulamento do Concurso de Ingresso no Ministério Pùblico do Estado de São Paulo - Relator: Doutor Eduardo Ferreira Valélio - A Doutora Patrícia Moraes Aude solicitou a retirada de pauta do item sobre o regulamento do concurso, para ouvir a banca atual e tratar de temas como inteligência artificial e prova de língua portuguesa; Doutor Eduardo Ferreira Valélio criticou os sucessivos adiamentos por entender que enfraquecem o colegiado e sugeriu que o tema relativo ao aprimoramento do regulamento do concurso de ingresso seja discutido em reunião específica, que envolva o teor da nova proposta recentemente enviada pela Procuradoria-Geral de Justiça a este Órgão Especial, assim como as eventuais sugestões a serem enviadas pela atual Comissão de Concurso, inclusive quanto aos aspectos ligados às comissões de verificação das cotas raciais e para pessoas com deficiência. Doutora Valderez Deusdedit Abbud destacou que o debate sobre cotas é mais relevante que o da língua portuguesa, por envolver questões sociais e de vulnerabilidade. Situação: retirado da pauta pelo pedido de vistas da Doutora Patrícia Moraes Aude. Pela **Comissão de Assuntos Administrativos** foi apresentado o **SEI nº 29.000100144092.2024-79** - Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça - Assunto: Plano de Carreira dos Analistas Jurídicos - Relator: Doutor Carlos Fernandes Sandrin - Situação: com a aprovação da Comissão de Orçamento o ilustre Relator Carlos Fernandes Sandrin apresentou voto pela revisão do plano de carreira dos analistas jurídicos que foi aprovado por unanimidade. O voto, muito consistente e técnico, bem-positionado, abrangente, recebeu menções elogiosas dos integrantes do Colegiado. Bem assim, a forma como apresentada a questão pela presidência do sindicato dos Analistas Jurídicos, aspecto referendado pelos Doutores Walter Paulo Sabella, Patrícia Moraes Aude e senhor Presidente. O Doutor Eduardo Ferreira Valélio declarou-se impedido de votar. Pela **Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias de Justiça** foram apresentados o **SEI nº 29.0001.0009392.2025-58** - Interessada: Promotoria de Justiça de Santana de Parnaíba - Assunto: Redivisão de atribuições dos cargos de Promotor de Justiça - Relator: Doutor Marcos Hideki Ihara - Situação: aprovado o voto do relator pela homologação da proposta. Situação: apreciação do plenário. **SEI nº 29.0001.0037744.2025-78** - Interessada: Promotoria de Justiça de Paulínia - Assunto: Nomenclatura de cargos de Promotor de Justiça - Relator: Doutor Marcelo Dawalibi - Situação: aprovado o voto do relator pela homologação da proposta. Promotor de Justiça - Relator: Doutor Marcos Hideki Ihara - Situação: aprovado o voto do ilustre relator pela homologação da proposta. Nada mais havendo, para constar, eu, José Correia de Arruda Neto, Secretário do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei esta ata que segue assinada pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, por mim Secretário, pelo Decano e pelos Presidentes das Comissões Permanentes.

CONSELHO SUPERIOR

Aviso nº 316/2025 - CSMP - EDITAL, de 09/09/2025

O Conselho Superior do Ministério Pùblico do Estado de São Paulo, **FAZ SABER** que se acham abertas até o próximo dia **19.09.2025** (cf. LCE nº 734/93, art. 144, caput e parágrafo único) as inscrições ao concurso para o cargo vago adiante indicado:

PROCURADOR DE JUSTIÇA

PROMOÇÃO MERECIMENTO

30º PROCURADOR DE JUSTIÇA DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL

POSSO
AJUDAR?

AS INSCRIÇÕES SERÃO REALIZADAS EXCLUSIVAMENTE POR INTERMÉDIO DO RH DIGITAL, DENTRO DO SIS MP INTEGRADO – SOLICITAÇÕES – PROVIMENTO DE CARGO



Aviso nº 328/2025 - CSMP, de 17/09/2025